



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PARLAMUNDI, BRASÍLIA, DF, 30 DE JUNHO DE 1998

Senhor Ministro da Educação, meu estimado amigo Paulo Renato Souza; Senhor Secretário Nacional de Ensino à Distância, meu amigo Pedro Paulo Poppovic; Senhores Professores; Senhoras Professoras; Senhores e Senhoras,

Não pode haver motivo de maior satisfação para um Presidente da República que foi professor a vida toda do que participar de um encontro como este.

Ao vir para cá, eu me recordava de que comecei a dar aula quando tinha 18 anos. Não sabia quase nada, mas dava aula. Dava aula de História, então, para cursinho. Depois, fui professor de História num colégio oficial chamado Paes Leme, lá em São Paulo. Eu era aluno, ainda, da Faculdade de Filosofia. Depois, fui professor da Universidade de São Paulo, toda a minha vida – quando me deixaram: houve momentos em que não pude, porque fui compulsoriamente aposentado pelo regime militar e fui obrigado a dar aula em outros países. Não foi tão mau assim: fui obrigado a falar outras línguas e a ser simples no modo de falar, porque, quando a gente não domina muito uma língua, é obrigado a dizer de uma forma direta a essência do que quer transmitir.

Tive a sorte de trabalhar no Chile – o Professor Paulo Renato também –, na Argentina, no México, na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos e pelo mundo afora. Por isso mesmo, sei que a questão fundamental do ensino, da educação é a escola básica. Quando não existe uma boa formação do aluno, quando não se pode absorver a massa de jovens na escola elementar, quando não se dá um treinamento adequado na escola primária, quando se desperdiça o potencial de uma nação, aproveitando apenas uma porcentagem daqueles que são aptos, a perda é imensa.

Evidentemente, um país como o Brasil, que tem 160 milhões de habitantes, terá sempre uma proporção de pessoas competentes, capazes, que chegam à universidade. E, ao chegar à universidade, se forem realmente competentes e capazes, vão se relacionar com o mundo. Hoje, o sistema de produção intelectual é um sistema de produção. Ele requer articulações, requer presença internacional, requer, enfim, que haja uma permanente interação com os núcleos de pensamento. Isso acontece independentemente da massa de pessoas do país que tenham passado pelo sistema de escolarização formal. Mas a perda potencial é enorme.

E a questão de um país não é saber quantos Prêmios Nobel ele tem; é saber quantas crianças estão na escola primária, quantas passaram para o segundo ciclo, de que maneira se realiza esse ensino, se tem tempo integral na escola ou não. Estas são as questões fundamentais. Primeiro, porque sem elas, como disse, se perde potencial cultural do país. Os melhores sempre se realizam. Mas o poder público não tem que estar olhando para os melhores: tem que estar olhando para a maioria, para a média.

Segundo, porque, se não houver universalização do acesso ao conhecimento, não há democracia, não há cidadania. Pode haver democracia formal – partidos, eleições –, mas não há a informação que permite à pessoa escolher. E, se não houver a informação, a escolha é uma escolha relativa, não tem a substância da democracia.

Então, a questão central é o ensino básico. Isso eu ouvi desde sempre no Brasil. Todos os que pensaram na educação, pensaram em termos da escolarização básica.

Tive a satisfação de ter sido aluno de um professor chamado Fernando de Azevedo, que foi diretor de uma instituição pública no Rio de Janeiro e foi Secretário de Educação, em São Paulo. Trabalhei, mais tarde, com ele e com o Professor Anísio Teixeira num centro de estudos – não me lembro como se chamava – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, INEP? – que tinha em São Paulo um centro também; e fui aluno e assistente do Professor Florestan Fernandes. Todos eles, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, Antônio Cândido, enfim, os nomes dos que se dedicaram a pensar um pouco a educação no Brasil, Lourenço Filho, enfim, vários, foram pessoas que tiveram essa visão, que era, ao mesmo tempo, essencial para a base cultural do País e essencial para a democracia. Todos insistiam na importância da redução do analfabetismo, da escolarização básica, como questão-chave do Brasil.

Pois bem, acontece que hoje eu sou Presidente da República. Então, tenho que ser coerente com aquilo que foi, a vida toda, a minha formação. E tivemos um apoio enorme do Ministério da Educação à orientação que nós demos. Aqui, ao meu lado, estão duas das pessoas que se dedicaram a isso. E eu agradeço, mais uma vez, ao Ministro Paulo Renato e, no caso específico, ao Professor Pedro Paulo Poppovic, que foi meu aluno. (Ele não gosta que eu diga isso – ele diz que não –, mas foi. É um pouquinho mais velho do que eu.) Pois bem, agradeço imensamente a eles e a essa equipe do Ministério da Educação o fato de terem entendido, de terem, efetivamente, posto em prática aquilo que era a aspiração de todos nós.

Nós nos dedicamos a refazer os fundamentos da educação no Brasil, começando por onde tem que começar, que é o ciclo básico. Dir-se-á: “Bom, mas e a universidade? Está cheia de problemas.” Quem não sabe? Eu sei também. Mas é preciso escolher. Quando se está dirigindo um país, um país cheio de lacunas, é preciso saber onde se vai colocar o esforço maior.

Ora, a educação fundamental não é atribuição direta do Governo Federal. Ela é atribuição direta dos municípios e dos estados. Mas o Governo Federal tem a responsabilidade da definição das políticas, do

estímulo, dos recursos que são passados para esses níveis de escola básica. Então, nós resolvemos, efetivamente, fazer aquilo que chamo “uma revolução branca” na área da educação fundamental. Não descuidamos da educação técnica, onde estamos em marcha com algumas transformações.

Os primeiros resultados desse esforço já estão aí. Neste ano, nós temos 7 milhões de crianças no segundo ciclo. Isso significa que no primeiro ciclo, onde nós temos de 34 a 35 milhões de crianças, diminuiu a evasão escolar, que terminou ou está terminando. Melhorando o curso básico, vai-se forçar a melhoria do curso do segundo ciclo, o ciclo a que se chamava de ginásial. E, progressivamente, nós vamos ter também uma demanda mais qualificada sobre as universidades, as quais vão precisar de outros tipos de reformas, inclusive de repensar o que se chama de autonomia, repensar a questão da pesquisa e a questão do ensino, repensar muita coisa. Chegará o tempo para isso, e creio que o Ministro Paulo Renato já anunciou que vai convocar uma comissão de alto nível para avaliar e redefinir o rumo da universidade.

Mas o fundamental era mexer na educação básica. Ora, em um país que tem, como eu disse, de 34 a 35 milhões de jovens, de crianças em idade escolar nas escolas, nós alcançamos cerca de 95%, talvez até um pouquinho mais, de crianças de idade escolar que estão dentro das escolas. Em um país imenso como este, disperso, desigual, desigual na renda, injusto, desigual quanto ao acesso, enfim, de todas as maneiras, já existe uma rede, com alguns problemas que tiveram que ser enfrentados – vou chegar já à TV Escola –, alguns problemas que tinham que ser enfrentados.

O primeiro era colocar a criança na escola. E tem que mantê-las na escola, tem que alimentá-las. Eu digo sempre, quando estou fora do Brasil, que esses 34 milhões de crianças todo dia têm uma refeição – todos os dias recebem uma refeição. E, nas zonas mais pobres, que são atingidas pelo Programa Comunidade Solidária, têm duas refeições. E nós estendemos o número de dias no ano letivo, de modo que aumentamos a quantidade de refeições. É claro que refeição não é educação. Mas como é que se pode educar uma criança que está com fome? Não

pode. Então, tem que haver, ao mesmo tempo, um programa de atendimento direto às condições dessas crianças. Existem vários programas, alguns até com apoio internacional de recursos, que nós acabamos pagando, naturalmente, de construção de salas de aula, etc.

Mas creio que a questão central, daqui para frente, diz respeito à melhoria da qualidade do professor da escola básica. A primeira etapa nós fomos fazendo: criança na escola, alimentação – tem seca no Nordeste: merenda em julho –, enfim, as questões que correspondem às emergências e as questões que correspondem a um programa permanente de atendimento às crianças. Mas, agora, nós temos que melhorar a qualidade – a qualidade e o salário do professor. O Governo fez o Fundo de Valorização do Professor para melhorar o salário dos professores das áreas mais pobres do Brasil.

Nós, aqui, os três que estamos na mesa, pertencemos às regiões mais ricas do Brasil – São Paulo, Rio Grande. Tudo bem. Mas conheço bem este país, conheço quase todo este país. E conheço não assim, viajando como Presidente: conheço, fazendo pesquisa. Conheço bem este país. A situação é muito diferente lá, no sertão do Nordeste, nas zonas ribeirinhas dos grandes rios da Amazônia, nas periferias das grandes cidades. Aí, os salários são infinitamente menores do que os salários do DF, por exemplo, ou da cidade de São Paulo. E nós tínhamos que olhar primeiro para essas áreas. O Fundo de Valorização foi para isso.

Segundo, nós fizemos um grande esforço – os professores fizeram –, que foram os parâmetros curriculares, uma modificação importante, porque dão um novo panorama, combatendo o racismo, a discriminação de gênero, refazendo certos conceitos que estavam sendo difundidos, mecanicamente, pelo País afora através de livros didáticos que não eram os mais adequados. Fizemos um programa de avaliação do livro didático. Claro que o Governo não impõe, mas mostra – esse livro é bom, esse livro é mau. Imaginem os senhores quantos interesses contrariados nisso, de grandes editores, alguns dos quais até têm relações pessoais com alguns de nós. Nunca isso influenciou. Deixamos, realmente, a coisa em termos de uma avaliação objetiva .

Bem, agora, num país do tamanho do Brasil, por mais que se dê uma melhoria no salário do professor – custa que isso realmente funcione, mas está andando –, por mais que se mexa nos parâmetros curriculares, por mais que nós distribuamos livros – e, aqui, a distribuição é gratuita, 110 milhões de livros por ano! Não é pouca coisa – temos no Brasil o que chamo de “fracassomania”: nós não gostamos de reconhecer o que já fizemos. Não é o que o Governo fez: o País fez. Ou seja, existe já um programa bastante alentado de acesso à educação.

Mas era preciso dar um passo adicional. Esse passo adicional é a TV Escola. Com as distâncias que nós temos, no Brasil, com as dificuldades de acesso, a melhor maneira pela qual se treina o professor e o gestor da escola – e esse é outro problema importante – é através dos *kits* da TV Escola. É através, mais tarde, do monitoramento, de mandar alguém acompanhar o que está acontecendo. É através das avaliações.

Eu li por cima, mas li, a avaliação da Sônia Draibe sobre a questão da TV Escola, para verificar se o programa está ou não está funcionando, onde está, onde não está, para que a gente possa melhorar. E umas das maiores emoções que tive recentemente foi quando recebi do Ministro Paulo Renato um desses vídeos. Fui ver o vídeo. Nele aparecia um programa da TV Escola numa zona, creio que de Mato Grosso, onde não há energia elétrica e havia motor a diesel para poder gerar e para poder ver televisão. E o efeito daquilo sobre a comunidade! Não é só sobre o professor: sobre a comunidade. Quer dizer: é fantástico!

Acho que o fato de nós vivermos num país, os que vivemos aqui, que tem várias, digamos, quase como se fossem camadas arqueológicas nos coloca desafios imensos também. Como resolver isso? Nós temos, ao mesmo tempo, regiões altamente desenvolvidas na ciência e tudo mais. Temos mísseis – mísseis, não, mas foguetes com satélites, porque mísseis nós não queremos. E por aí vai. Mas não estamos fazendo tudo isso. Nós temos capacidade de, com supercomputadores, saber como vai o clima, como não vai o clima. E, ao mesmo tempo, tem as regiões onde não há energia, onde a pessoa toca aquilo com um motorzinho a diesel; e onde, realmente, a população se junta para ver um treinamento que era para o professor e para o aluno e acaba sendo para os pais de

família, para as mães de família. Quer dizer, é um tremendo desafio o de nós darmos conta de avançar num país tão complexo, tão diferenciado.

E não se avança se nós não nos pusermos juntos. Juntos quem? Governo estadual, municipal, federal, professorado, Ministério da Educação. Se as forças políticas entenderem que elas têm que se preocupar mais com as políticas do que com os políticos, isso é fundamental. Em vez de querer nomear políticos, preocupem-se com as políticas e julguem as políticas. Aí, se não estivermos todos juntos e não formos capazes de delinear ou buscar convergências onde é necessário haver a convergência, se nós não fizermos isso, não conseguiremos fazer face a esse desafio de levar adiante um país deste porte, com essa potencialidade e com essa diferenciação.

O programa de TV Escola está sendo utilizado por 75% dos professores, alguns reproduzindo as fitas, aprendendo a lidar com tudo isto. Mas tarde, vamos mexer com os computadores também. Vão criticar muito, porque, aí, vem interesse de todo tipo. Mas vamos ter que dar acesso a computador. A minha mulher, a Ruth, foi, outro dia, lá à Rocinha, que é uma favela no Rio de Janeiro, para ver um programa que tem a população da favela mexendo com o computador – no futuro, quem não souber mexer com o computador será analfabeto, não vai poder fazer nada. Então, tem que aprender a mexer com o computador. Até eu estou aprendendo; por que os outros não podem aprender?

Então, acho que é uma coisa importante que a gente entenda que esse acesso a essas técnicas mais modernas é também parte do processo da cidadania, porque é permitir que a população participe dos avanços do progresso técnico, que vão ser decisivos nos séculos vindouros.

De modo que eu queria, simplesmente, ao transmitir essas poucas palavras, e sei que os senhores todos estão já conhecedores do que estou dizendo, de qualquer maneira, que fossem transmitidas mais amplamente, porque queria que o Brasil sentisse o esforço que está sendo feito. É muito ruim que o Brasil não perceba que há boa-fé, que há vontade de acertar. Erra-se muito, todos nós, eu erro, todo mundo erra. Mas há a boa-fé, a vontade de acertar. E o Brasil não deve viver só em discussões menores, que não ajudam. Isso graças à

falta de informação também, de uma informação adequada, de uma informação correta.

Não é que seja uma maravilha. Tem muita coisa a fazer, por fazer, mas estamos avançando. E temos que ter – vou usar uma palavra – orgulho de saber que nós estamos avançando, de saber que nós estamos construindo uma nação. Isto aqui não é um mercado – ficam discutindo essa bobagem de neoliberalismo, não sei o quê. Isso é bobagem. Isto aqui não é um mercado: isto é um país, é uma nação de gente. E nós estamos lidando com essa gente. Nós estamos colocando à disposição dessas pessoas, dessa gente o que é possível colocar. E tem que colocar muito mais.

Este sentimento eu gostaria muito que fosse possível se difundisse no Brasil crescentemente: o de que nós temos rumo. Estamos atrasados em muita coisa, avançados noutra; mas aquilo que é crucial, a educação, o acesso à educação para todos, a melhoria das condições de treinamento, a capacitação crescente, a melhoria, ainda que pouca, ainda relativa de salários e um entrosamento entre os vários níveis da administração e deles com a sociedade, isso eu sinto que está em marcha, quando percebo o que está acontecendo no Ministério do Educação.

Termino reiterando as minhas felicitações ao Ministro Paulo Renato pela capacidade que tem de inspirar, de combater, de agregar, de ser generoso, de não entrar em mesquinharia; ao Dr. Pedro Paulo Poppovic, porque conheço a témpera dele para poder fazer um programa dessa natureza, que não é fácil, que exige logística, capacitação, insistência, teimosia. Isso é muito importante, também. E eu, que não sou teimoso, fico admirado de ver como foi possível juntar a generosidade com a teimosia para dar certo no Brasil.

Vivam vocês dois!

Muito obrigado.